

O REFERENCIAL CURRICULAR MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA: reflexões sobre sua produção e as possíveis interfaces com a prática pedagógica

**JÉSSICA GOMES DAS MERCÊS
Universidade Federal Fluminense - UFF**

**EDINALDO MEDEIROS CARMO
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB**

**SANDRA ESCOVEDO SELLES
Universidade Federal Fluminense - UFF**

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo analisar a configuração curricular do Referencial Curricular Municipal de Vitória da Conquista para os anos finais do Ensino Fundamental. Para isso, tomou como aporte teórico e metodológico a abordagem do ciclo de políticas proposta por Stephen Ball e colaboradores para analisar os contextos das políticas. As políticas e reformas educacionais são uma das ferramentas utilizadas para promover modificações no contexto escolar, com a homologação da Base Nacional Comum Curricular no ano de 2017 tiveram início as produções curriculares nos níveis estaduais e municipais voltadas para o Ensino Fundamental. No município de Vitória da Conquista, Bahia, a produção do Referencial Curricular Municipal iniciou em junho de 2018 e contou com a colaboração de professores e outros agentes escolares da rede municipal, da Secretaria de Educação Municipal e do Instituto Chapada de Educação e Pesquisa. Organizado em Apresentação e mais três capítulos, o documento apresenta as concepções de escola, práticas pedagógicas e configurações das disciplinas escolares projetadas para o município tendo como principal alicerce a BNCC. Portanto, apresenta discursos que se assemelham com o da política nacional, como a configuração de ensino por competências e habilidades. As narrativas expressaram diversos conflitos internos e externos que se desenvolveram ao longo da produção do material. Além de indicar a influência de outras políticas já existentes naquela rede de ensino que reverberaram na produção do RCM, demonstrando que as releituras da política nacional são amplas e a produção dela não se encerrou com a homologação.

Palavras-chave: BNCC. Educação. Política Educacional.

Abstract

The present work aimed to analyze the curriculum configuration of the Vitória da Conquista Referencial Curricular Municipal (RCM) for the final years of Secondary Education. In order to achieve this, a theoretical and methodological contribution from the policy cycle approach proposed by Stephen Ball and collaborators was used to analyze the policies contexts. Educational policies and reforms are one of the tools used to make changes in the school context. As the National Common Curricular Base was approved in 2017, curriculum productions began at states and municipal levels aimed at Secondary Education. In Vitória da Conquista, Bahia, the production of the RCM began in June 2018 and included the collaboration of teachers and other school agents from the municipal school system, the Department of Education and the Instituto Chapada de Educação e Pesquisa. This RCM is organized in Presentation and three more chapters, it presents the school concepts, pedagogical practices and configurations to the school subjects designed for the city using the BNCC as its main

foundation. Therefore, it presents discourses that are similar to those in the national policy, such as teaching configuration based on pedagogical competences and skills. The narratives expressed several internal and external conflicts that developed throughout the production of the document. In addition, the narratives indicate the influence of other policies preexisting in that education system that propagated in the RCM, it demonstrates that are many reinterpretations of the national policy and the production have not ended with its approval.

Keywords: BNCC. Education. Educational policy.

Introdução

A educação é um processo dinâmico e que recebe diversas interferências da sociedade e seus agentes, mas também, é através dela que a escola tensiona a sociedade. E nesse movimento de trocas, influências, leituras, releituras e disputas, tanto a sociedade quanto a escola estão em constantes mudanças. As reformas educacionais são uma das ferramentas utilizadas para promover modificações no contexto escolar e, atualmente, uma das principais características dessas reformas são seus entrelaçamentos com a agenda global (Caetano, 2020).

No Brasil, as políticas educacionais receberam diversas influências externas ao longo da história. Desde a década de 1990 acentuou-se a influência neoliberal na produção de políticas e reformas da educação brasileira, resultando, em 2015, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC é uma das políticas curriculares mais recentes no campo educacional brasileiro e apresenta uma configuração de currículo alicerçada em competências e habilidades que preconiza o êxito e a eficiência educacional em uma perspectiva gerencialista e mercadológica, com um ensino cerceado por metas e objetivos a serem atingidos (Costa; Carmo; Selles, 2023).

Como uma política de cunho nacional, a BNCC se torna uma “Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares [...]” (Brasil, 2018, p. 8). A partir de sua homologação esta política passa a se dispersar e novos textos são produzidos tendo-a como referência. Nesse contexto, o município de Vitória da Conquista, no estado da Bahia, adere às propostas da Base Nacional por intermédio da produção do Referencial Curricular Municipal Vitória da Conquista para os anos finais do Ensino Fundamental (RCM).

Destarte, o presente artigo apresenta como objetivo principal analisar a configuração curricular do Referencial Curricular Municipal de Vitória da Conquista para os anos finais do Ensino Fundamental. Para isso, esta investigação se fundamenta nos aportes teóricos e metodológicos do ciclo de políticas de Bowe, Ball e Gold (1992), os quais consideram as políticas educacionais como documentos complexos, cuja investigação deve ser realizada de

forma holística a fim de compreender os variados aspectos que estão envolvidos na produção destes materiais.

Apresentando como eixo principal a natureza documental, o percurso metodológico dessa investigação também contou com a participação de agentes escolares envolvidos com o processo de produção de documento. Por intermédio de entrevistas semiestruturadas, três gestoras da Secretaria de Educação do Município de Vitória da Conquista (Alice, Marla e Selma, nomes fictícios) puderam apresentar suas narrativas acerca da produção do objeto desta pesquisa.

Na perspectiva de Goodson, as narrativas nos proporcionam o conhecimento de uma parte dos acontecimentos. Nesse sentido, por meio da triangulação com outros dados (documentos, fotografias, vídeos, outras narrativas etc.) torna-se possível articular a narrativa com outros elementos e obter uma visão mais ampla. Segundo o autor, “Somente vemos parte da fotografia, obviamente uma parte vital, mas precisamos buscar mais da fotografia, mais peças do quebra-cabeças” (Goodson, 2020, p. 241). Dessa forma, os dados produzidos através das narrativas das gestoras foram triangulados com o próprio RCM e outros elementos (publicações no Diário Oficial Municipal e no site oficial da Prefeitura), com a finalidade de desenhar uma visão mais ampla da produção da política municipal e compreensão da configuração, das propostas e das ideias materializadas.

O Referencial Curricular Municipal e a BNCC: distanciamentos e aproximações

A BNCC direcionada para o Ensino Fundamental foi homologada em dezembro de 2017 e, a partir de então, os estados e municípios brasileiros tiveram o prazo de dois anos para adaptar seus currículos conforme as prescrições presentes nessa normativa. Além disso, “[...] a implementação da BNCC requer, ainda, o monitoramento pelo MEC em colaboração com os organismos nacionais da área – CNE, Consed e Undime” (Brasil, 2018, p. 21). Tal afirmação enfatiza o caráter prescritivo e coercitivo da política nacional.

A gestora Alice, aponta como foi a mobilização inicial para as discussões sobre a produção do Referencial Municipal, e afirma que

[...] nós do núcleo pedagógico, fomos chamados para uma reunião da Undime [União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação], onde a Undime apresentou que todos os municípios teriam prazo para apresentar os seus currículos. Tudo bem! Aí começou a ter as reuniões da Undime em Salvador, onde reunia todos os municípios.

Esse relato confirma a orientação estabelecida pelo documento nacional sobre a presença de determinados organismos na construção dos currículos locais. Ainda que o controle

tenha sido enunciado, cabe considerar o processo de refração apresentado por Goodson (2019). Para o autor, a política atravessa diferentes pontos de refração (sistemas nacionais, regionais, escolares e individuais), os quais variam de acordo com os contextos históricos locais e, com isso, diferentes reações se tornam possíveis na atuação final da política.

Nesse cenário, há indícios de que as primeiras discussões em torno da produção de um material fundamentado na BNCC tiveram início em 15 de junho de 2018. Segundo informações presentes no site oficial da Prefeitura Municipal¹, no I Seminário Municipal de Mobilização da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foram apresentadas aos professores as orientações da BNCC que norteariam o currículo escolar. A partir do dia 12 de julho começaram as reuniões direcionadas à confecção do material municipal (PMVC, 2018a; 2018b). Entretanto, não há confirmação do início da produção do Referencial Municipal no Diário Oficial do Município. De acordo com Marla, a gestora que estava à frente da Secretaria Municipal de Educação (Smed) naquele período, “[...] até então a rede não tinha nenhum currículo que fosse o documento geral para a rede, então, o que a secretaria de educação fazia, que o núcleo pedagógico produzia, eram os planos de curso direcionados, gerais [...]”. Portanto, por influência da política nacional iniciou-se a construção de um currículo uniformizado para a rede municipal.

Na abordagem do ciclo de políticas são considerados três contextos que se entrelaçam nos processos de produção e atuação da política educacional, a saber, os *contextos de influência*, de *produção de texto* e da *prática* (Bowe; Ball; Gold, 1992). A produção de uma política nacional está atrelada com a definição de conceitos-chaves que irão atravessar os demais contextos e, tais representações são estabelecidas no contexto de influência (*ibidem*). Uma série de atores pensam e produzem os textos das políticas educacionais, sendo que muitos deles são agentes de fora do campo educacional, trazendo para este campo interesses, projeções, questões e conceitos externos à educação, muitos atrelados a contextos globais e ignorando as questões locais e nacionais (Ball, 2022).

Segundo consta no RCM, a produção deste documento contou com a colaboração de professores da rede municipal, da equipe da Smed e do Instituto Chapada de Educação e Pesquisa (Icep) (Vitória da Conquista, 2019). Não há referências aos organismos nacionais, como a Undime, que aparecem na fala de Alice como um dos agentes que informaram sobre prazos e deram início à discussão sobre a produção do Referencial Municipal. Inclusive,

¹ <https://www.pmvc.ba.gov.br/rede-municipal-de-ensino-inicia-elaboracao-de-curriculos-para-nova-base-nacional-comum-curricular/> Acesso em: 10 abr. 2024.

amostrando certa contradição, a gestora Marla afirma que a Undime não auxiliou na produção do documento municipal, pois, segundo ela “O estado [governo da Bahia] criou um grupo que era até em parceria com a Undime para apoiar os municípios na construção. Sabe, quando chegou para nós, o nosso referencial já estava pronto”.

Nesse caso, não há como afirmar o que levou a Smed a desenvolver o Referencial do município sem a parceria do governo do estado, da Undime ou de outros organismos. Entretanto, ao longo da entrevista, outra fala de Marla chama a atenção para o distanciamento da Smed com a Secretaria do Estado. A gestora afirma que os professores municipais não conhecem o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB)² e enfatiza que “[...] a própria equipe de secretaria [municipal] não conhece o documento do estado. Quem conhece o documento do estado é quem quis ir até a ele para consultar”.

As narrativas indicam que o RCM foi produzido em um contexto mais isolado de influências externas ao local, porém, dois fatores devem ser considerados antes de afirmar essa independência. Primeiramente, nas referências legislativas do Referencial Municipal há a citação do DCRB (Vitória da Conquista, 2019), portanto, ele de fato pode ter sido consultado para a produção municipal. Além disso, houve a assessoria do Icep para a elaboração do RCM, pois esta é uma empresa baiana que trabalha com a implementação de políticas públicas. Como assinala Ball (2022, grifo do autor), fato cada vez mais comum, a presença de empresas que se dispõem a “interpretar” as políticas educacionais.

De acordo com Marla, houve algumas divergências entre as propostas da Smed e a forma de trabalho do Icep, pois

[...] a empresa já queria trazer um modelo implementado, porque era uma empresa que presta assessoria em Salvador e em outros municípios grandes. Então, ela já tinha uns termos, assim, e até a própria organização do referencial é muito parecida, né. Então, se vocês pegarem os referenciais de, por exemplo, Salvador vocês vão ver que tem muita coisa em comum, porque eles seguem um modelo padrão.

Ao refletir sobre essa disputa de narrativas, talvez isso tenha ocorrido pela necessidade de afirmar uma criação curricular autóctone, própria do município. Em diversos momentos das entrevistas, as gestoras enfatizam que a produção do RCM foi realizada pelos professores da rede municipal e eles foram os principais autores do documento. Além disso, todas as gestoras destacaram que os professores que participaram da produção do material se posicionaram de

² O DCRB é um documento educacional do estado da Bahia que teve seu processo de elaboração assistido pelo Ministério da Educação (MEC) por intermédio do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular, seu principal objetivo é orientar as produções curriculares municipais (Costa; Carmo; Selles, 2023).

forma crítica diante das proposições da BNCC. Selma, gestora que trabalha diretamente com os docentes, na formação continuada, afirma que “Ele [RCM] se deu com as várias mãos dos próprios professores, que compõem a educação, que compõem o ensino. Então, foi um momento de diálogo profundo de troca de conhecimento, de ideias, de reformulações e de novas abordagens para esse currículo [...]”.

Vale ressaltar que não foram todos os docentes da rede que participaram da elaboração do material, afinal, a rede municipal conta com aproximadamente 2.000 professores, tornando inviável a participação ativa de todos (PMVC, 2023). De acordo com os relatos das gestoras, a participação docente foi livre, efetivos ou contratos podiam aderir ao processo. A participação dos coordenadores pedagógicos foi integral, segundo Marla “[...] os coordenadores, a gente convocou todos, porque eles são fundamentais para esse processo de participação. Então, a gente convocou todos os coordenadores [...]”. Marla e Alice afirmam que também houve a participação de um grupo de estudantes e alguns monitores que trabalhavam nas escolas, mais uma vez enfatizando o trabalho coletivo dos agentes escolares da rede.

Assim, a partir da participação colaborativa de integrantes da rede municipal de ensino e dos agentes externos do Icep, o RCM é um texto cuja característica é ser uma retradução da política nacional para um contexto local. Em seu texto de apresentação, o secretário de educação do município da época faz a seguinte afirmação: “Ele [o documento municipal] apresenta os pressupostos teóricos-metodológicos que orientam o fazer pedagógico de cada disciplina, traz as concepções de cada área do conhecimento e relaciona o conjunto de aprendizagens essenciais para as estudantes e os estudantes da rede” (Vitória da Conquista, 2019, p. 6). É interessante lembrar que as concepções que atravessam as políticas educacionais são estabelecidas principalmente no contexto de influência (Bowe; Ball; Gold, 1992). Considerando que o RCM é um texto secundário da BNCC, a política nacional detém os principais discursos e concepções que caracterizam as projeções de ensino, educação escola etc.

O RCM é um documento constituído por 276 páginas, dividido em duas seções introdutórias: *apresentação* e *pepitas de ouro*, além disso, é composto por três capítulos e referências. O primeiro capítulo versa sobre os *Fundamentos da Educação municipal*, o segundo sobre *Pressupostos teórico-metodológicos das práticas pedagógicas* e o terceiro apresenta os *Componentes curriculares* para os anos finais do Ensino Fundamental.

Sua apresentação inicial foi feita pelo Secretário de Educação do município da época. Em sua fala introdutória ele faz a seguinte afirmação sobre o RCM:

Ele apresenta os pressupostos teóricos-metodológicos que orientam o fazer pedagógico de cada disciplina, traz as concepções de cada área do conhecimento e

relaciona o conjunto de aprendizagens essenciais para as estudantes e os estudantes da rede. A obra considera as competências e habilidades que os educandos devem desenvolver em cada etapa da vida escolar em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com documentos municipais que legislam sobre a nossa Educação (Vitória da Conquista, 2019, p. 6).

Este trecho introdutório enfatiza o alinhamento do RCM com a política nacional e com a configuração curricular baseada na pedagogia das competências e no desenvolvimento de habilidades. Assim como a BNCC, este documento também é apresentado como um orientador da prática docente e explicita suas concepções e expectativas. Além de indicar conformidade com o documento nacional, o texto municipal busca conciliar documentos municipais que legislam sobre educação. É interessante evidenciar, nesse momento, que ao realizar investigações no contexto da prática e das vivências escolares, não se pode negligenciar as diversas políticas que são mobilizadas naquele espaço. Os autores Ball, Maguire e Braun (2021) afirmam que para uma análise mais holística é necessário evitar concentrar a investigação em uma única política, portanto, deve-se considerar as múltiplas políticas que permeiam a escola.

Outro aspecto interessante, é a ênfase no alinhamento com a pedagogia das competências. A narrativa da gestora Selma aponta a valorização desta perspectiva no cotidiano escolar. Como apontado anteriormente, ela é uma gestora que se encontra de forma mais próxima com os professores e da escola, portanto, pôde narrar cenas vivenciadas na escola conforme a seguinte situação:

Quando a gente vai nas escolas e que eles têm projetos e eles [docentes] colocam as habilidades que eles querem conseguir e as competências com aquele material. Tem uma escola aqui que ela faz isso de uma forma muito lindamente [...]. Então, uma vez eu, na função de superintendência, cheguei na escola e um menino veio falar comigo e eu fui brincar, aí eu falei: “E hoje você vai fazer o quê?” “Ah! tia, hoje vai ter uma atividade da habilidade ‘tal’ e a gente tem que ter a competência ‘tal’”. Eu falei: “Que bacana! E você estudou?” “Estudei! Porque, a tia, ela exige da gente”. Eu achei aquilo lindo [...].

A narrativa supracitada apresenta uma valorização dessa configuração curricular, nesse caso, para além de orientar os processos de ensino e aprendizagem, as competências e habilidades são, possivelmente, estudadas e memorizadas pelos estudantes. Esse gerencialismo da educação e foco na eficácia e metas é criticado por Goodson (2019, p. 222), segundo o qual, algumas reformas substituem os projetos de ensino autônomos dos docentes por “exigências que definem padrões e comportamento”.

Dando seguimento à apreciação do RCM, o capítulo referente aos *Fundamentos da Educação municipal* traz o aporte teórico e legislativo que orientou o estabelecimento de

concepções no documento municipal. Ao longo da leitura do documento é possível perceber a centralidade dada aos estudantes; a escrita apresentada converge para o que deve ser direcionado para os alunos (sejam crianças, adolescentes ou adultos) e o direito à Educação.

O texto do RCM afirma ser “[...] necessário saber quem são as estudantes e os estudantes [...]” (Vitória da Conquista, 2019, p. 12), com isso, primeira caracterização se direciona à juventude. Utilizando a legislação, como ECA, citações de autores com as perspectivas biológicas, sociais e educacionais o texto apresenta descrições dos desafios e acontecimentos que permeiam a adolescência, fase da vida que a maioria dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental. Essa abordagem em relação aos estudantes é interessante, pois, como é afirmado por Ball, Maguire e Braun (2021) diversos sujeitos interpretam e atuam com as políticas nas escolas, dentre esses sujeitos, os estudantes também são atores de políticas.

Outra concepção importante apresentada no capítulo 1 do Referencial Municipal está relacionado ao currículo. O documento apresenta uma perspectiva de currículo como espaço de cultura e estabelece que “Os currículos efetivamente praticados são forjados pela negociação entre essas culturas”, o plural do termo cultura fazendo referência às culturas escolar e comunitária. Entretanto, ao considerar a configuração curricular de ensino proposta pela BNCC, fundamentada nas competências e habilidades, muitas culturas, conhecimentos e temáticas são silenciadas ou cerceadas desses espaços de negociação (Costa; Carmo; Selles, 2023) e é esta perspectiva adotada pelo documento municipal para a organização curricular.

O RCM, no capítulo 1, também apresenta discussões acerca de modalidades de ensino que foram suprimidas na política nacional, apresenta concepções sobre a abordagem das relações étnico-raciais, da educação especial, da educação do campo e da educação de jovens e adultos. Ao se isentar de tais discussões, a BNCC imputa a responsabilidade sobre aos estados e municípios, os quais devem se orientar pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para debater essas questões em seus currículos (Brasil, 2018). Ainda sobre a inclusão das modalidades de ensino, os dados até 2014 mostram que o município de Vitória da Conquista contava com 24 comunidades quilombolas, sendo certificado como o segundo município com maior número pela Fundação Cultural Palmares (Lima; Nascimento, 2018), ainda assim, o documento municipal não discute a modalidade de ensino quilombola, nem mesmo faz citação alguma na seção sobre as relações étnico-raciais.

O capítulo dois, intitulado *Pressupostos teóricos-metodológicos das práticas pedagógicas*, se dedica a discutir o contexto da prática docente. Com a manutenção dos estudantes no centro do processo o RCM afirma que as decisões pedagógicas feitas pelos

docentes “[...] devem considerar os modos como elas e eles [estudantes] aprendem, criam, sentem suas vidas e arquitetam realidades (Vitória da Conquista, 2019, p. 37). A gestora Selma afirma: “Então, hoje eu percebo um currículo mais próximo do aluno”, portanto, ela enxerga que as mudanças propostas aproximam o currículo da realidade dos estudantes. Assim, o capítulo se caracteriza como instrutivo, ensinando aos professores como planejar suas aulas, organizar o tempo, fazer escolhas inovadoras e que gerem engajamento com os estudantes. É importante pontuar que “Os alunos também são atores de políticas” (Ball, Maguire e Braun, 2021, p. 84), portanto são referências nos contextos de influência, de produção de texto ou da prática. Como narrado por Alice, apesar de uma presença limitada, “Foram escolhidos alguns alunos de escolas e eles participavam de oficinas” durante a produção do RCM.

O documento municipal também propõe a utilização das “[...] dez Competências Gerais para a Educação Básica, propostas pela BNCC” (Vitória da Conquista, 2019, p. 146) e para alguns componentes curriculares, como por exemplo, Ciências, também são reproduzidas as competências específicas de área. Além disso, todos os objetos de conhecimento das disciplinas escolares são organizados em Unidades Temáticas como é proposto pela política nacional. O que se diferencia da BNCC é o foco dado aos Direitos de Aprendizagem em cada componente curricular, para que a escrita busque dar ênfase em garantir tais direitos e proporcionar uma formação integral (ibidem).

No que tange à organização dos componentes curriculares o Referencial Municipal, apesar de ter como foco o desenvolvimento de habilidades, esta nomenclatura não é utilizada para a apresentação do conteúdo programático das disciplinas. Ao invés disso, utiliza-se o termo ‘indicadores’ para designar os conhecimentos mobilizados no processo de ensino e aprendizagem. Sobre essa terminologia distinta, Marla aponta:

Então, a gente... alguns desses termos, a gente já vinha trabalhando com eles [docentes] nesse programa [Educar pra Valer], outro eram da nossa própria vivência de programas do Pacto [provavelmente ela se refere ao Programa Pacto pela Alfabetização] que a gente acreditava muito e a gente queria que... que o que foi positivo permanecesse. Foi até uma discussão nossa de qual, quais termos deveriam usar. A empresa [Icep], ela opinava, né? Trazia, porque, eu percebia também, na época, que a empresa já queria trazer um modelo implementado, porque era uma empresa que presta assessoria em Salvador e em outros municípios grandes, então ela já tinha uns termos [...]. Era uma coisa que eu queria um pouco fugir disso [seguir um modelo], então, assim, aí alguns termos foram adequados.

Dois aspectos se destacam no trecho supracitado, primeiro o exemplo prático da teoria apresentada por Ball, Maguire e Braun (2021), quando afirmam que dentro da vivência escolar há disputas entre diferentes políticas que circulam na instituição. Assim, é possível reconhecer

as disputas entre os discursos de políticas pré-existent na escola com os discursos e conceitos que chegam com as novas políticas.

Além disso, os referidos autores consideram que as políticas são permeadas por relações de poder, o que direciona a discussão para o segundo aspecto, os tensionamentos entre os agentes escolares da rede municipal (professores, gestores, coordenadores etc.) e a empresa que assessorou a produção do referencial local. Em alguns momentos das narrativas, as gestoras Marla e Alice descrevem conflitos na elaboração do documento, alguns relacionados ao uso de modelos pré-estabelecidos, como é explicitado por Marla e outros que se davam pela insatisfação com o trabalho de assessoria e escrita apresentados pelo Icep. Portanto, diversos tensionamentos, influências internas e externas, além de disputas discursivas, estiveram presentes na produção do RCM.

Após todos os trâmites, discussões escritas, leituras e reescritas, o documento municipal foi finalizado e resultou na Resolução CME Nº. 014/2020, de 09 de dezembro de 2020. Assim, o referencial curricular foi estabelecido no município de Vitória da Conquista (PMVC, 2020). As políticas são definidas em meio a posicionamentos, ideologias e projeções de experiências existentes, portanto, pensar na atuação da política é pensar também em uma grande variedade de possibilidades (Ball; Maguire; Braun, 2021). O RCM segue sua trajetória no contexto da prática, onde possivelmente encontrará novas possibilidades de refração, influências, releituras e atuação associadas às traduções da política nacional.

Considerações Finais

Os dados aqui apresentados possibilitam visualizar parcialmente a trajetória da BNCC no município de Vitória da Conquista, na Bahia. Por intermédio destes dados, é possível tangenciar os contextos de influência e outros elementos presentes na atuação dessa política educacional. Além disso, é possível compreender as principais concepções que, retoricamente, constituem o Referencial Curricular Municipal, dentre elas, a centralidade dos estudantes no currículo e nos processos de ensino e aprendizagem.

As refrações dos atores escolares se identificam entre aceitações e rejeições ao que era tanto proposto nacionalmente quanto no âmbito do estado da Bahia. Por um lado, elas possibilitaram a produção de um documento curricular que, em alguns aspectos, se distancia da BNCC, particularmente quando apresenta uma linguagem mais dialógica ou utiliza de concepções mais plurais; por outro lado, o documento se aproxima da política nacional, ao reproduzir uma configuração gerencialista e afeita a performances avaliativas. Por meio das

narrativas das gestoras visualizam-se alguns dos conflitos internos, as concordâncias e discordâncias em relação à Base Nacional. Além disso, também é possível constatar a presença e a influência de outras políticas locais, agentes e programas externos que já ocupam um espaço mais solidificado na rede municipal de ensino.

Neste caso, é relevante afirmar que a produção das políticas não se encerra com a homologação do documento escrito, afinal, “A política não é ‘feita’ em um ponto no tempo; em nossas escolas é sempre um processo de ‘tornar-se’, mudando de fora para dentro e dentro para fora. É analisada e revista, bem como, por vezes, dispensada ou simplesmente esquecida” (Ball, Maguire e Braun, 2021, p. 27). Assim, é relevante ter em mente que a configuração curricular apresentada neste trabalho não é uma única representação da vivência escolar. Esta pesquisa apresenta elementos narrados que compõem a política municipal e alguns dos trajetos percorridos para a sua produção. Aprofundamentos investigativos devem ser realizados para compreender a atuação dessas políticas educacionais, sejam nacionais, estaduais ou municipais, no cotidiano das escolas.

Referências

BALL, S. J. **Educação Global S. A.:** novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Trad. Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2022.

BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas:** atuação em escolas secundárias. Trad.: Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2021.

BOWE, R.; BALL, S. J.; GOLD, A. **Reforming education and changing schools.** v. 10. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 1992.

CAETANO, M. R. As reformas educativas globais e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Texturas**, Canoas, v. 22, n. 50, p. 36-53, abr./jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.17648/textura-2358-0801-v22n50-5397> Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/5397>. Acesso em: 8 mar. 2024.

COSTA, J. G. das M.; CARMO, E. M.; SELLES, S. L. E. O componente curricular Ciências no currículo Bahia: continuidades e rupturas com a BNCC. **Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, [S. l.], v. 16, n. nesp.1, p. 577–601, 2023. DOI: <https://doi.org/10.46667/renbio.v16inesp.1.1115>. Disponível em: <https://renbio.org.br/index.php/sbenbio/article/view/1115>. Acesso em: 8 mar. 2024.

GOODSON, I. F. **Aprendizagem, currículo e política de vida:** obras selecionadas de Ivor Goodson. Petrópolis: Vozes, 2020.

GOODSON, I. F. **Currículo, narrativa pessoal e futuro social.** Tradução de Henrique Carvalho Calado. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

LIMA, V. I. C.; NASCIMENTO, W. S. Nações, fronteiras e relações étnicas na comunidade indígena-quilombola do Baixão (Vitória da Conquista, BA). **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 54, n. 1, p. 21-36, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/938/93860389003/93860389003.pdf> Acesso em: 11 mar. 2024.

PMVC. Educação. **Prefeitura de Vitória da Conquista** – PMVC, Vitória da Conquista, atualizado 17 de ago. de 2023. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/educacao/> Acesso em: 10 mar. 2024.

PMVC. Profissionais ligados à educação discutem Base Nacional Comum Curricular. **Prefeitura de Vitória da Conquista** – PMVC, Vitória da Conquista, 12 de jul. de 2018b. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/profissionais-ligados-a-educacao-discutem-base-nacional-comum-curricular/> Acesso em: 10 mar. 2024.

PMVC. Rede Municipal de Ensino inicia elaboração de currículos para Nova Base Nacional Comum Curricular. **Prefeitura de Vitória da Conquista** – PMVC, Vitória da Conquista, 12 de jul. de 2018a. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/rede-municipal-de-ensino-inicia-elaboracao-de-curriculos-para-nova-base-nacional-comum-curricular/> Acesso em: 10 mar. 2024.

PMVC. Resolução CME nº. 014/2020, de 09 de dezembro de 2020. **Prefeitura de Vitória da Conquista** – PMVC, Vitória da Conquista, 09 de dez. de 2020, p. 74-77. Disponível em: <https://dom.pmvc.ba.gov.br/diarios/previsualizar/AVDbbMaq/74> Acesso em: 11 mar. 2024.

VITÓRIA DA CONQUISTA. **Referencial Curricular Municipal Vitória da Conquista para os anos finais do Ensino Fundamental**. Secretaria da Educação de Vitória da Conquista. Vitória da Conquista: Icep, 2019.

158

Autor 1:



Jéssica Gomes das Mercês

Licenciada em Ciências Biológicas e mestra em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, especialista em Gênero e Sexualidade na Educação pela Universidade Federal da Bahia e doutoranda na Universidade Federal Fluminense.

Email: jessicaa.mercês@hotmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3820111863053465>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1030-0851>

Autor 2:



Edinaldo Medeiros Carmo

Doutor em Educação, professor titular do Departamento de Ciências Naturais (DCN) e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Email: medeirosed@uesb.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8962147589802605>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1594-8983>

Autor 3:



Sandra Escovedo Selles

Doutora pelo Center For Science Education - University of East Anglia, Inglaterra. Professor Titular da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, RJ - Brasil.

Email: escovedoselles@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3684922991380169>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7921-0478>